

# EU & Investimentos

## Justiça estrangeira

Você não precisa morar nos Estados Unidos e nem ter investido em companhias americanas para usar a proteção das Leis daquele país. Se você comprou ações de empresas brasileiras que são negociadas nas bolsas dos EUA já pode recorrer à legislação americana para se defender.

Um bom motivo para tomar este caminho? Se comparado aos padrões brasileiros, as disputas judiciais nos EUA são resolvidas num piscar de olhos. Enquanto em São Paulo um processo pode chegar ao incrível recorde de levar cinco anos apenas para ser distribuído (a primeira etapa de qualquer ação judicial), a justiça americana pode resolver o caso em oito meses, diz o advogado americano Richard F. Strasser, que atualmente trabalha no escritório brasileiro Veirano Advogados.

A agilidade americana está atraindo investidores do mundo inteiro, particularmente aqueles que se sentiram prejudicados por alguma fraude. Esse movimento, associado ao aumento de casos judiciais envolvendo valores mobiliários contra empresas estrangeiras com papéis negociados nos EUA, tem expandido o mercado dos grandes escritórios de advocacias americanos.

Um estudo da PriceWaterhouseCoopers mostra que as ações coletivas contra empresas estrangeiras negociadas nos EUA tiveram um aumento impressionante nos últimos anos. Segundo o estudo, em 1996 havia apenas nove casos contra essas empresas. Em 2004, eles já somavam 29, o que significa 14% do total de ações envolvendo valores mobiliários do país (ver tabelas). Como mostra o estudo da PriceWaterhouseCoopers, o número de ações judiciais contra empresas estrangeiras em solo americano em 2004 é 90% maior do que em 2003 e 107% acima da média de número de casos registrados entre os anos de 1996 e 2003.

Investidor de empresa brasileira com ações nas bolsas dos EUA recorre às leis americanas para se defender. Por **Mara Luquet**, para o Valor, de São Paulo

A tendência é crescer, como acreditam observadores desse mercado. Do total de casos, 22 referem-se a problemas de fraudes contábeis e financeiras de empresas estrangeiras com ações negociadas nos EUA.

Os europeus já descobriram esse caminho mais curto para fazer valer seus direitos (ver texto nesta página). Na verdade foram descobertos. Escritórios de advocacias dos EUA estão à caça de clientes europeus. O escritório Schiffrin & Barroway LLP, da Filadélfia, é um dos mais agressivos nesse mercado. O site do escritório tem páginas em 16 idiomas diferentes, inclusive o português. Os brasileiros já começaram a descobrir e devem engrossar a fila dos processos judiciais contra empresas estrangeiras negociadas nas bolsas nos EUA.

Segundo Darren J. Check, diretor de relações institucionais do escritório Schiffrin & Barroway, o cliente não precisa nem mesmo sair do Brasil para entrar com a ação. Basta contratar o escritório que tem uma estrutura especialmente montada para atender clientes estrangeiros. Por enquanto, os europeus formam a grande fatia de clientes estrangeiros, mas Check já contabiliza um cliente brasileiro, um franqueado do McDonald's no Brasil que está processando a rede nos EUA.

O escritório Schiffrin & Barroway, LLP oferece um serviço gratuito a investidores institucionais, principalmente fundos de pensão, que monitora a carteira de investimento. O programa tenta descobrir todos os flancos passíveis de questionamento le-

gal e observa com lupa os movimentos de queda no preço das ações que estão na carteira de seus clientes. "Este serviço gratuito é o perfeito porto seguro que permite aos investidores institucionais desempenhar as suas obrigações fiduciárias, evitar potenciais litigâncias", dizem os advogados do Schiffrin & Barroway.

Segundo eles, os gestores de fundos de pensão, de "hedge funds" e de "private equity" têm de se defender de possíveis reclamações judiciais de seus cotistas que podem requerer na Justiça indenizações por perdas em suas aplicações, responsabilizando o gestor por falha no cumprimento do dever fiduciário. Com esse serviço, os gestores se antecipam e verificam se a perda do valor das ações ocorreu por conta de movimentos de mercado ou foi reflexo de fraudes.

Essa nova onda de ações nos EUA está movimentando não apenas os advogados americanos, mas escritórios de advocacia em todo o mundo. No Brasil, o Veirano Advogados Associados — um dos mais tradicionais escritórios do país fundado em 1972 por Ronaldo Camargo Veirano — lançou um produto de gerenciamento de riscos jurídicos nos Estados Unidos para empresas brasileiras. O produto consiste em implementar uma política formal de guarda de documentos (inclusive e-mails) que concilia as legislações brasileira e americana. "Esses programas são comuns nas multinacionais americanas para administrar riscos de potenciais ações judiciais e investigações governamentais, que incluem também a responsabilidade criminal da pessoa jurídica e dos diretores perante a lei Sarbanes-Oxley", diz Richard Strasser.

"Qualquer empresa brasileira com ações listadas nas bolsas americanas está sujeita à competência da justiça e dos órgãos regulatórios daquele país", diz o advogado Ricardo Veirano. Essas empresas, segundo ele, não estão expostas apenas aos riscos envolvendo valores mobiliários. "Elas estão sujeitas



O advogado Strasser diz que a agilidade da legislação nos EUA tem incentivado estrangeiros a entrar com processos

a um universo amplo de processos judiciais, que vão desde litígios por venda de produtos defeituosos até ações anti-truste", diz. E, nesse caso, não precisa nem mesmo ter ações negociadas nos EUA, mas basta ter relacionamento comercial com o país, segundo Veirano.

Contudo, independentemente da caça dos advogados americanos por investidores estrangeiros que queiram usar a Justiça dos EUA para reclamar seus direitos, o crescimento das ações contra empresas estrangeiras negociadas nas bolsas de valores dos Estados Unidos é uma tendência. Trata-se, segundo o estudo da PriceWaterhouseCoopers, de um reflexo no aperto nas leis depois do início

da vigência da Sarbanes-Oxley, lei editada depois dos escândalos corporativos que abateram os EUA e que se configura na mais importante reforma da legislação de mercado de capitais desde a introdução de sua regulamentação na década de 30, após a quebra da bolsa de Nova York em 1929.

A Sarbanes-Oxley Act é bem ampla e aumenta o grau de responsabilidade — desde o presidente e a diretoria da empresa até as auditorias e advogados contratados. A lei tem regras bastante rígidas de governança corporativa e procura dar maior transparência e confiabilidade aos resultados das empresas, instituindo severas punições contra fraudes empresariais e dando maior independência aos órgãos de auditoria.

Num pronunciamento no início deste ano, William Donaldson o ex-presidente da Security Exchange Commission (SEC), o órgão regulador do mercado de capitais americano, disse que qualquer um que esteja envolvido nos mercados financeiros e de capitais hoje em dia, independentemente da empresa ou do país, tem de manter um alto padrão (legal, regulatório e ético) que produza confiança. Isto assume uma importância ainda maior, segundo ele, num momento em que gestores de carteiras podem mover capitais por todo o mundo com poucos "cliques" num computador.

Recentemente Markus Blechner, um aposentado suíço que tem ações da fabricante alemã de automóveis DaimlerChrysler contratou o escritório de Nova York Milberg Weiss Bershad & Schulman e entrou com uma ação em Delaware contra a empresa para reivindicar a mesma indenização paga a investidores nos EUA. Junto com ele, estão dois fundos de investimento da Áustria que também possuem ações da empresa.

Ano passado, quando a Daimler Chrysler pagou US\$ 300 milhões para encerrar um caso em que era acusada de fraudar investidores, Blechner não recebeu um tostão porque havia comprado suas ações no mercado suíço. Os advogados da Daimler Chrysler argumentam que os EUA não são a jurisdição adequada para este tipo de ação. O caso ainda não foi julgado, mas outros investidores seguem a trilha.

O mesmo escritório representa vários clientes franceses numa ação contra a Vivendi Universal, conglomerado francês de mídia acusado de fraude contábil na esteira dos escândalos corporativos americanos. "É muito fácil para o autor iniciar o processo nos EUA", diz o advogado Richard Strasser. Ele acredita que a onda de ações contra empresas estrangeiras nos EUA esteja só começando. (ML)

## Acionista suíço processa DaimlerChrysler

De São Paulo

Se você comprou a ação no próprio mercado americano, por meio dos American Depositary Receipts (ADRs) que são negociados nas bolsas de valores dos EUA, recorrer à Justiça dos EUA é um caminho seguro. Mas mesmo que você tenha comprado a ação no Brasil há chances de a Justiça americana aceitar seu pedido.

O advogado americano Richard F. Strasser, do escritório brasileiro Veirano Advogados, cita vários casos que estão sendo acompanhados pela imprensa americana de investidores estrangeiros que recorrem às leis americanas.

Recentemente Markus Blechner, um aposentado suíço que tem ações da fabricante alemã de automóveis DaimlerChrysler contratou o escritório de Nova York Milberg Weiss Bershad & Schulman e entrou com uma ação em Delaware contra a empresa para reivindicar a mesma indenização paga a investidores nos EUA. Junto com ele, estão dois fundos de investimento da Áustria que também possuem ações da empresa.

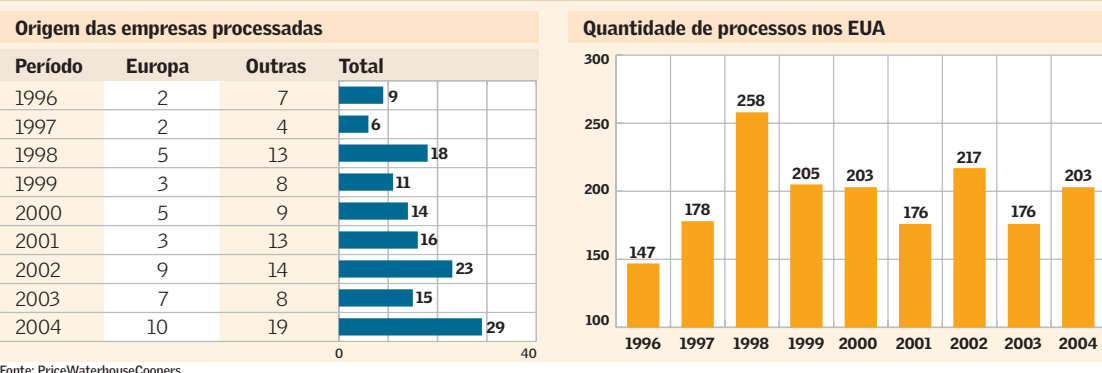
Ano passado, quando a Daimler Chrysler pagou US\$ 300 milhões para encerrar um caso em que era acusada de fraudar investidores, Blechner não recebeu um tostão porque havia comprado

do suas ações no mercado suíço. Os advogados da Daimler Chrysler argumentam que os EUA não são a jurisdição adequada para este tipo de ação. O caso ainda não foi julgado, mas outros investidores seguem a trilha.

O mesmo escritório representa vários clientes franceses numa ação contra a Vivendi Universal, conglomerado francês de mídia acusado de fraude contábil na esteira dos escândalos corporativos americanos. "É muito fácil para o autor iniciar o processo nos EUA", diz o advogado Richard Strasser. Ele acredita que a onda de ações contra empresas estrangeiras nos EUA esteja só começando. (ML)

### Agilidade americana atrai investidores

Número de ações contra empresas estrangeiras na Justiça dos EUA



Pode ler seu jornal com calma.  
O HSBC agora está aberto das 9h às 18h.

HSBC. Mais de 200 agências abertas das 9 às 18h.  
Consulte a lista de agências e horários no site [www.hsbc.com.br](http://www.hsbc.com.br)

HSBC  
No Brasil e no mundo, HSBC